



SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ

Dia a Dia

www.sindbancariospetropolis.com.br



CUT BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

 /SindBancariosPetropolis

sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX nº 5374 – 26 julho de 2016

Luta por respeito e valorização no Santander

Hoje (26/07), em diversas cidades do país, acontece o Dia Nacional de Luta no Santander. A manifestação é orientada pela Comissão de Organização dos Empregados (COE), para pressionar o banco espanhol a apresentar propostas concretas que atendam às reivindicações dos funcionários para o Acordo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

A pauta específica foi entregue à instituição financeira no dia 12 de maio. Desde lá já ocorreram seis rodadas de negociação. A última ocorreu em 16 de julho e diante da falta de avanços, os representantes dos trabalhadores suspenderam os debates.

A maioria das reivindicações é de cunho social, para melhorar as condições de trabalho e também por contratação de mais bancários. Nos primeiros três meses, o lucro líquido foi de R\$ 1,66 bilhão, crescimento de 1,7% em 12 meses e de 3,3% em relação ao mesmo período de 2015. Com base no balanço do primeiro trimestre deste ano (o do primeiro semestre deve ser divulgado nesta quarta 27/07), fica claro que a instituição financeira tem condições de atender as reivindicações dos funcionários. O Santander é a única instituição privada que têm um acordo aditivo que reúne vários avanços para seus funcionários.

O Sindbancários Petrópolis visando valorizar, defender e lutar pelos/as companheiros/as da categoria, participou desse movimento nacional e paralisou todas as agências do Santander de nossa base até o meio dia.



Governo quer dar 'moleza' de R\$ 40 bi a bancos com securitização da dívida

Com o argumento de buscar receitas extras para promover o ajuste fiscal, o governo interino de Michel Temer está empenhado em criar um sistema que na verdade vai transferir ainda mais recursos públicos para o setor financeiro. É o que vem sendo chamado de “securitização da dívida ativa”, sistema em que o governo vende papéis correspondentes a débitos tributários inscritos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) com deságio para os bancos. Estes, por sua vez, recebem o valor total da dívida e garantem alta lucratividade. “A securitização é uma moleza que vai ser dada aos bancos para antecipar a receita, já que o governo não se julga competente para exercer a sua responsabilidade de cobrança desses débitos”, afirma o economista Amir Khair.

Para efetivar o processo de securitização e dar mais esse presente ao setor financeiro, o governo precisa ver aprovado o Projeto de Lei do Senado (PLS) 204/2016, de autoria do então senador José Serra (PSDB), atual ministro das Relações Exteriores, que estabelece a possibilidade da securitização. O economista diz que a ideia é alimentada pela incompetência do poder público em executar as cobranças sob sua responsabilidade. Já o sistema de cobrança dos bancos, lembra Khair, é eficiente, “porque tem gente treinada para isso, mas a sociedade tem de cobrar que o setor público seja competente para fazer isso. E aí não fica dando dinheiro de graça para os bancos. Os bancos já lucram uma barbaridade em cima da população, em cima das empresas”, afirma.

Bancos não cumprem a lei para PCDs

A Lei de Cotas para PCDs (Pessoas com Deficiência) 8.213/91 acaba de completar 25 anos. No entanto, mesmo com tanto tempo de vigência, ainda é desrespeitada pelo sistema financeiro. O percentual de 5% das vagas ocupadas por pessoas com deficiência, obrigatório para empresas com mais de 1 mil funcionários, é descumprido por todos os grandes bancos em atuação no país.

Em 2015, o índice de vagas preenchidas por PCDs no Santander era de 4,6% (2.300), no Itaú 4,5% (3.757), Bradesco 2,3% (2.097) e Banco do Brasil 1,4% (1.484). Até a Caixa dá um péssimo exemplo. A instituição financeira tem apenas 1,42% de profissionais PCDs. Para atingir o índice exigido por lei teria de contratar 3.561 empregados. O que parece impossível, dada a inércia do banco em convocar os aprovados em concurso. Atualmente no Brasil, 23,92% da população brasileira tem algum tipo de dificuldade motora ou intelectual. O índice corresponde a 45,6 milhões de pessoas, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).